

# O Etos da Exploração

## INSEGURANÇA E PREDACÃO EM MADAGASCAR

As agências de Segurança Pública de Madagascar não refletem as necessidades de segurança da sua população ou as exigências do próprio país. Em vez disso, elas foram moldadas pelas contingências históricas do processo de descolonização da ilha. Em princípio fraco e continuamente debilitado por influências externas, o setor de segurança pública tem sido explorado por sucessivos chefes de Estado e seus grupos políticos. Ao invés de constituir unidades eficazes e com uma clara vocação, as forças armadas, a gendarmaria e a polícia são caracterizadas por serem forças reguladoras extremamente mal pagas e por terem um número excessivo de oficiais de alta patente seguindo seus próprios interesses políticos e econômicos. Cinquenta anos após a independência de Madagascar, as forças armadas e a polícia tornaram-se parte das responsabilidades de segurança da ilha. O atual Governo de transição de Andry Rajoelina, o HAT, declara com frequência, que em março de 2009, o Presidente Marc Ravalomanana não foi derrubado nem por um violento golpe militar, nem por um movimento popular. Ravalomanana perdeu o controle do aparato de segurança nacional, acarretando a rebelião dos oficiais não-comissionados, que desempenharam um papel crucial na transferência inconstitucional do poder para Rajoelina.

Fatores como a localização estratégica de Madagascar, a falta de infra-estrutura básica, o relevo difícil e as fronteiras permeáveis – onde agentes predatórios roubam os recursos naturais e estão envolvidos no tráfico ilegal – associados a um setor de segurança que não funciona corretamente, geraram condições para uma violência armada de proporções perturbadoras. O capítulo considera três principais tipos de insegurança: o crime armado, a brutalidade em larga escala no campo e as redes de tráfico internacional na ilha. Deste modo, ele focaliza o papel dos agentes da segurança do Estado em sua falha para prevenir a insegurança ou a sua perpetuação.



Forças de segurança, que protegiam os ministérios presidenciais de Marc Ravalomanana, abrem fogo contra os manifestantes, ainda não é sabido o número exato de mortos, 7 de fevereiro de 2009. © Walter Astrada/AFP Photo



Rebel soldiers loyal to Andry Rajoelina take over one of the presidential offices in downtown Antananarivo, 16 March 2009.  
© Jerome Delay/AP Photo

As principais conclusões deste capítulo incluem:

- Em grande medida, a incapacidade de Madagascar em desenvolver forças de segurança pública eficazes pode ser atribuída à sua herança colonial e à sua localização estratégica. Como resultado disto, a maior razão para uma carreira no exército ou na gendarmaria é a busca de ganhos pessoais.
- Desde a sua politização e instrumentalização na década de setenta, as forças armadas têm sido constantemente envolvidas em lutas pelo poder político e pelo acesso econômico às riquezas naturais do país.
- Hoje o setor de segurança pública de Madagascar é caracterizado por forças reguladoras extremamente mal pagas e mal equipadas, um número excessivo de oficiais de alta patente e uma proliferação de unidades especiais de intervenção com mandatos suspeitos.
- Os conluios entre elementos do setor de segurança do país e os interesses comerciais, tanto estrangeiros quanto locais, têm se intensificado bastante desde a crise política do início de 2009. No resultante vazio de segurança, o crime armado está crescendo, o banditismo no campo se expandiu e Madagascar está ganhando cada vez mais importância como um centro de tráfico internacional.
- A administração pública tem encorajado a organização de iniciativas de vigilância de bairros e grupos de autodefesa de povoados; ela também fechou os olhos para as operações altamente agressivas das empresas autóctones privadas de segurança, que perseguem bandidos campesinos.

#### **As forças armadas e a polícia tornaram-se parte das responsabilidades de segurança de Madagascar.**

Entretanto, a maioria dos programas de desenvolvimento bilaterais e multilaterais permanecem suspensos por este tipo de trabalho requerer, segundo foi dito, um parceiro nacional legítimo. Assim como fez em 2002, quando o país estava à beira de uma guerra civil, a comunidade internacional adotou uma estratégia de “esperar para ver”, se distanciando da crise e esperando pelo retorno de um Governo eleito, para que o seu auxílio de desenvolvimento possa recomeçar.

A cada dia que passa neste impasse político, Madagascar é jogado cada vez mais nas mãos de redes criminosas que continuam a consolidar suas posições na ilha. Até que esta crise seja resolvida e o problema de um setor de segurança disfuncional seja combatido de frente, a predação econômica, a degradação ecológica, a violência armada e a pobreza extrema continuarão a ser as principais características da quarta maior ilha do mundo. ■